

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Izadora Gonçalves de Souza Goulart¹

Dina Carla da Costa Bandeira²

RESUMO

O presente estudo teve como temática a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e visa abordar o letramento nessa modalidade de ensino, bem como a importância do professor e sua metodologia. Sobre o letramento, destaca-se esse processo enquanto resultado da alfabetização significativa, ou seja, distante da simples decodificação da língua, capacitando o indivíduo para o exercício social da leitura e da escrita. Nesse sentido, buscou-se respostas para a seguinte problema: como se materializa a alfabetização e o letramento na Educação de Jovens e Adultos? Mediante o exposto, pretendeu-se com a pesquisa compreender as questões voltadas para a alfabetização e letramento no processo de construção da aprendizagem na EJA justificando assim o tema, a partir da necessidade e da importância de os professores estarem capacitados para trabalhar com pessoas que por seus motivos, não concluíram o processo de escolarização na idade certa, comprometendo sua alfabetização e por consequência, o letramento. Partindo dos objetivos, o estudo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando-se na literatura, os aportes teóricos, dispostos principalmente em artigos com a mesma temática. Ressalta-se que o recorte temporal se deu do ano 2000 a 2020, excluindo-se as fontes anteriores a esses anos. Dentre seus resultados, observou-se que o letramento é a prática social da leitura e escrita, necessitando ser a base para o trabalho docente na EJA, pois seus sujeitos precisam construir sua autonomia, distanciando-se da mera repetição de modelos preexistentes.

Palavras-chave: EJA. Letramento. Alfabetização. Autonomia. Metodologia.

ABSTRACT

The present study has as its theme Youth and Adult Education (EJA) and aims to address literacy in this teaching modality, as well as the importance of the teacher and their methodology. Regarding literacy, this process stands out as a result of significant literacy, that is, far from the simple decoding of the language, enabling the individual for the social exercise of reading and writing. In this sense, answers were sought for the following problem: how is literacy materialized in Youth and Adult Education? Based on the already shown, the research intended to understand the issues related to literacy in the process of building learning at EJA, thus justifying the theme, based on the need and importance of teachers being able to work with people who, for their own reasons, did not complete the schooling process at the correct age, compromising their literacy in both capacities. Starting from the objectives, the study had as its method the bibliographical research, searching in literature the theoretical contributions arranged mainly in articles with the same theme. It is noteworthy that the time frame was from 2000 to 2020, excluding sources prior to these years. Among its results, it was observed that literacy is the social practice of reading and writing, needing to be the basis for teaching work at EJA, as its subjects need to build their autonomy, distancing themselves from the mere repetition of preexisting models.

Keywords: AYE. Literacy. Literacy. Autonomy. Methodology.

¹Acadêmica do curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IF Iporá. E-mail: izadora.goulart@estudante.ifgoiano.edu.br:

² Pedagoga. Doutoranda em Educação-USP. Mestre em Educação(UFPA) e professora formadora do IG Goiano, Polo-Iporá. Email:carladinacbandeira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como temática a Educação de Jovens e Adultos e visa abordar o letramento nessa modalidade de ensino, bem como a importância do professor e sua metodologia.

Sobre o letramento, destaca-se esse processo enquanto resultado da alfabetização significativa, ou seja, distante da simples decodificação da língua, capacitando o indivíduo para o exercício social da leitura e da escrita.

Compreende-se que a alfabetização de jovens e adultos deve se voltar para às práticas sociais nos quais esses se encontram inseridos. Assim, a escola passa a ser o local apropriado para o desenvolvimento do letramento, mas não se pode esquecer que os alunos possuem um contexto histórico-cultural a ser considerado. É a partir de sua leitura de mundo que os sujeitos passam a ler os códigos escritos, atribuindo-lhes sentido, utilidade e funcionalidade (MORAIS; BRITO, 2010).

Morais e Brito (2010) também ressaltam que a aquisição da leitura e escrita não pode ser dissociada da construção da cidadania. Sendo parte de um contexto letrado, os sujeitos, por não conseguirem fazer o uso social da leitura e escrita, tornam-se excluídos da sociedade. Assim, pensar no letramento de jovens e adultos é compreender que esses possuem uma capacidade criadora e crítica a ser motivada e consolidada no processo de ensino e aprendizagem.

No Brasil os dois conceitos, alfabetização e letramento, se mesclam o que acaba gerando confusão, a principal discussão do letramento surge sempre ligada no conceito de alfabetização, o que tem levado, a uma forma inadequada e imprópria de síntese dos dois conceitos, com prevalência do processo de letramento sobre o de alfabetização.

Mediante o exposto, pretende-se com esta pesquisa compreender as questões voltadas para a alfabetização e letramento no processo de construção da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), justificando assim o tema a partir da necessidade e da importância de os professores estarem capacitados para se trabalhar com pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certas por inúmeras questões.

Este estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando-se na literatura, os aportes teóricos, dispostos principalmente em artigos com a mesma temática. Ressalta-se que o recorte temporal se deu do ano 2000 a 2020, excluindo-se as fontes anteriores a esses

anos. É importante destacar que o público-alvo da EJA se compõe de jovens e adultos trabalhadores e que por algum motivo não completaram sua escolaridade na época certa.

Desse modo, pesquisar sobre o letramento nessa etapa, também é buscar as vozes desses sujeitos, que agregam as mais diferentes experiências a serem levadas em conta no processo de alfabetização. Destaca-se ainda que o estudo faz um recorte sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, dispõe sobre o conceito de alfabetização e letramento, tanto de modo geral, quanto no contexto de jovens e adultos, abordando também o papel do professor no processo de letramento desses sujeitos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TRAJETÓRIA DA EJA NO BRASIL

Friedrich et.al. (2010) em seus estudos ressalta que historicamente o ensino a jovens e adultos no Brasil teve seu início com a colonização vinda com os Jesuítas. Mas essa forma de educação possuía somente o intuito de catequizar os nativos, desde crianças a adultos. Assim, a língua portuguesa era ensinada como uma maneira de aculturação e apagamento da cultura indígena.

De acordo ainda com o autor outrora citado, a partir do momento em que o Brasil Império assume a tarefa da educação no país, a educação se concretizou como um privilégio somente da elite, monopolizando o conhecimento às classes dominantes. No momento em que houve o aumento de interesse na formação de uma população trabalhadora, foi implantada uma forma de educação de adultos apenas focada na prestação de serviços à elite, como pode-se notar em Friedrich et al. (2010):

Com a vinda da família real para o Brasil, surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado (FRIEDRICH et.al. 2010, p.394).

Strelhow (2010) descreve que no século XX o alto analfabetismo no Brasil tornou-se uma preocupação, se tornando uma influência ao subdesenvolvimento do país, sendo que as pessoas analfabetas passam a ser vistas como ignorantes e incapazes, e assim contribuindo para o subdesenvolvimento do país, isto desencadeou uma maior discussão no país envolvendo a educação de adultos, surgindo assim algumas tentativas de acabar com a questão.

Nesse momento do país, além do objetivo de extinção do alto índice de analfabetismo – se baseando na crença de que esse era o motivo do não desenvolvimento – a alfabetização de adultos também passou a ser colocada como uma necessidade ao passo que o voto se tornou de direito apenas de pessoas letradas, esse acontecimento aumentava a exclusão de quem não fazia parte deste grupo, fazendo com que se buscasse a alfabetização dos mesmos querendo conseguir mais votos (STRELHOW, 2010).

Fonseca (2016) afirma que é a partir de 1920 que se iniciam as discussões sobre a tarefa do Estado em relação à educação de adultos, ao passo que se tornava uma “necessidade pública”. Ademais, na década de 1930 a educação de jovens e adultos passa a ter uma maior atenção no país. Em 1934, se estabelece como dever do Estado o ensino primário integral e gratuito para as pessoas adultas, por meio do Plano Nacional, sendo esse o primeiro a abordar especificamente a educação de adultos no país:

Essa pressão, iniciou então a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 e junto com ele programas para o ensino de adultos e ampliação da educação dessa modalidade, pois o país possuía uma taxa alarmante de analfabetismo e esse fundo tentava dar uma resposta a isso, combatendo o analfabetismo adulto e infantil. (FONSECA, 2016, p.01)

Com todos esses acontecimentos, algumas mobilizações ganham espaço no país, de modo que na década de 1950, os movimentos sociais ganharam força a partir da pedagogia freiriana. Strelhow (2010, p.54), cita alguns destes movimentos:

O fim da década de 50 e início da década de 60 foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, tais como: “Movimento de Educação de Base” (1961-CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a educação de adultos no Brasil teve um grande desenvolvimento, como uma notável ascensão popular e crescimento de uma consciência crítica e libertária. Isso decorreu dos movimentos e programas influenciados por Paulo Freire. No entanto, com a instauração do governo militar a educação de jovens e adultos no país teve uma regrediu, voltando a ser baseada pela ideologia dominante, ignorando as desigualdades e necessidades da população.

Ressalta-se que o modelo educativo se voltava somente para a alfabetização e por isso, não havia uma preocupação com o desenvolvimento de uma reflexão libertária naqueles que se encontravam em situações desfavorecidas na sociedade. Data do período da ditadura militar o

Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que propunha apenas uma formação básica, com a finalidade de treinar a população para o mercado de trabalho, sem a preocupação com sua ascensão social. Com isso, nota-se que esse movimento, além da intenção de manter a população pobre longe do crescimento social, também perpetuava a ideia de subdesenvolvimento aliado aos analfabetos (STRELOW, 2010).

Com o passar do tempo houve novas tentativas de se institucionalizar a educação voltada para jovens e adultos. No entanto, o objetivo de somente ensinar para o suprimento de algumas necessidades do sistema educativo ainda era mantido. Desse modo, conforme explica Fonseca (2016)

Em 1971, surge o Supletivo procurando complementar a escolarização e o analfabetismo, colocando em sala aqueles que ainda não tinham conseguido terminar seus estudos no tempo regular na idade certa. O Supletivo foi instituído pela Lei 5.692/7, pensava-se apenas em uma escolarização tardia e atividades educativas da maneira mais flexível para o indivíduo, suprimindo suas deficiências. (FONSECA, 2016, p.01)

O Supletivo foi instituído enquanto um meio de atender às necessidades básicas de ensino e de profissionalização, embora seu foco se voltasse apenas para uma formação elementar. De acordo com Fonseca (2016), essa iniciativa serviu de fundamento para o ensino à distância, que tem se expandido na atualidade, por servir de inspiração ao uso de outros materiais didáticos em sala de aula.

Em 1985, durante a redemocratização do Brasil, foi criada a Fundação EDUCAR, que de acordo com Friederich *et al.* (2010), tinha as mesmas características do movimento Mobral, sem contar, no entanto, com a mesma assistência financeira. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, o direito à educação foi garantido, direcionando-se a todos os níveis, inclusive na educação de jovens e adultos, isso se encontra posto conforme o artigo 208 da referida legislação:

- I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2005, p.37, 38)

Pode-se perceber que por meio da Constituição, a educação de jovens e adultos passou a ser garantida por lei, contudo, o texto original do inciso I citava apenas o Ensino Fundamental como gratuito para os que não tiveram acesso na idade apropriada. Mais à frente, com a emenda nº 14/96 e posteriormente com a nº59/2009, esse inciso foi modificado, mantendo o seguinte o texto final “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” (BRASIL, 2005).

Salienta-se que o direito assegurado pela Constituição foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394 de 20 de dezembro de 1996. Como afirma Strelhow (2010, p.55), “[...] com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos”.

De acordo com Friederich et. al (2010, p.392) a EJA define-se como “[...] um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais”. Os autores discorrem que devido ao histórico de desenvolvimento, atualmente torna-se difícil encontrar definições para ela, de modo que “[...] o tratamento dos termos associados foi-se confundindo e se configurando como complementação de estudos e suplementação de escolarização” (FRIEDERICH et. al, 2010, p.392).

A LDB Lei nº 9.394/96 que estabelece as bases da educação brasileira, no seu artigo 37 cita a Educação de Jovens e Adultos definindo que: Art. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”. (BRASIL, 2005, p. 19). Nesse sentido, a LDB reafirma os direitos assegurados nessa modalidade, como o ensino gratuito e adequação às condições dos educandos, em sua vida e trabalho, frisando também o estímulo a sua permanência.

Segundo Fonseca (2016), a Fundação Educar foi extinta em 1990 e assim, a Educação de Jovens e Adultos foi descentralizada, ficando os municípios responsáveis por ela. Apesar da inserção dessa modalidade de ensino na legislação brasileira, estudos e pesquisas demonstram que os direitos não foram totalmente efetivados e que há ainda a necessidade de políticas públicas focadas na educação de jovens e adultos, bem como na inserção de uma

parcela da população que se encontra fora do meio escolar e/ou que possui dificuldades de conciliar os estudos com a necessidade de trabalho, resultando em uma sociedade formada por pessoas excluídas e segregadas.

Em um relatório técnico elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira de 2013 (p. 25) traz que “segundo dados da Pnad/IBGE 2011, o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não têm o Ensino Fundamental completo.” E é justamente neste total de pessoas que seriam potencialmente educandos da EJA.

A partir do ano de 2000, através do parecer do CEB 11/2000 (que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), estabelece-se um marco legal para se reconhecer essa modalidade de modo específico e diferenciado, porque ela apresenta funções reparadora e equalizadora (PINI, 2019).

A função reparadora deve ser observada como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e como uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais desses segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais (PINI, 2019).

A situação atual da EJA que, apesar das tentativas de erradicar o analfabetismo durante o século XX, ainda é problema no XXI, “[...] a realidade que se encontra hoje nessa modalidade, não obteve um avanço considerado relevante para proporcionar uma educação de qualidade para os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa.” (JESUS, 2020 p. 56).

Assim, percebe-se que os desafios antigos que essa modalidade enfrentou, ainda persistem, juntando-se às novas e contínuas demandas. Nesse sentido, concorda-se que a EJA precisa ser pensada como um modelo pedagógico próprio, para se poder criar situações pedagógicas que possa satisfazer as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos (PINI, 2019).

A EJA deve ser ressaltada a partir de sua pressuposição equalizadora, pois a equidade é o meio pelo qual os bens sociais podem ser distribuídos, com oportunidades iguais para pessoas diferentes, seja no mercado de trabalho ou no contexto social dos sujeitos (PINI, 2019).

2.2 CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Por mais que possam ser compreendidos como sinônimos, a alfabetização e letramento não são a mesma coisa. Esses conceitos trazem especificidades, mesmo que agreguem indicações para que caminhem juntos durante os anos escolares iniciais ou na EJA. Mesmo sendo duas ações distintas, a recomendação de especialistas em educação é que o ato de alfabetizar e letrar devem acontecer de maneira paralela (DRUMOND, 2021).

Segundo menciona Drumond (2021), a alfabetização se refere à aprendizagem e domínio do código alfabético, o processo pelo qual o sujeito irá aprender a decodificar os elementos que compõem a escrita, fazendo com que seja possível o desenvolvimento de competências relacionadas à memorização do alfabeto, o reconhecimento das letras, a ligação entre sílabas e formação de palavras, utilizando-as na leitura e na escrita (DRUMOND, 2021).

Por sua vez, o letramento é descrito como capacidade e competência que o indivíduo adquire a partir da capacidade aprendida da leitura e da escrita. É um contexto mais amplo “[...] além da aprendizagem das letras e símbolos escritos, mas referindo-se a compreensão, interpretação e uso da língua nas práticas sociais” (DRUMOND, 2021, p. 01). Quando o educador compreende as diferenças entre esses dois conceitos, passa a permitir que o desenvolvimento dos indivíduos ocorra mediante as duas frentes do processo de aprendizagem.

Embora sejam ações distintas, é recomendado que alfabetizar e letrar aconteçam de maneira paralela, entendendo os conceitos como complementares. Ou seja, a formação ideal considera alfabetizar letrando, onde toda criança deve ser alfabetizada ao mesmo tempo em que é letrada. (DRUMOND, 2021, p. 01).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz diretrizes específicas para a etapa de alfabetização, colocando os dois primeiros anos do Ensino Fundamental como ideais para ações pedagógicas com esse foco. Todavia, o letramento deve estar presente em todas as fases de aprendizado, sendo introduzido, antes do início formal do processo de alfabetização de uma criança.

De acordo com a BNCC, é apropriado que as práticas letradas já devam ser estimuladas desde a Educação Infantil, além das considerações a respeito da vida social do aluno. Tendo como essência a junção da construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores, a BNCC tem como diretriz a inserção social e cultural da

criança, na busca da construção de autonomia e da consciência do indivíduo (DRUMOND, 2021).

Dessa forma, a BNCC tem indicações claras referente a necessidade de atividades específicas para pensar o sistema de escrita alfabética para além do uso, tendo como objetivo o conhecimento, trazendo assim a importância de se contextualizar o conhecimento escolar com as práticas sociais dos indivíduos.

Levando isso em consideração ter um projeto pedagógico alinhado às diretrizes BNCC tem que considerar a articulação desses dois fatores que são essenciais, ou seja, alfabetizar letrando, considerando o ensino da leitura e da escrita no contexto das práticas sociais (DRUMOND, 2021).

2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS

No contexto educativo, os termos “alfabetização e letramento” possuem um status de binômio: não são termos idênticos, mas considerados como relacionados. Dessa forma, diferentes concepções coexistem. É possível observar que os sentidos dados ao letramento nem sempre coincidem com aqueles formulados nas pesquisas que lhes deram origem. Sendo assim como todo conceito que muda de uma esfera social a outra, tem-se uma mudança nos modos de abordá-lo, concebê-lo e ressignificá-lo revelando o processo de apropriação dentro de alguma área, frente a variados objetos de estudo e interesse: criam-se réplicas aos que já existem sem necessariamente manterem-se os vínculos com as motivações, os contextos e os campos de estudo nos quais surgiu (BAKHTIN, 1993).

No campo educacional e pedagógico, no caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa profusão de sentidos e abordagens não tem sido diferente. Em discursos nacionais e internacionais de diversas esferas públicas, a EJA é colocada como um processo fundamental para se construir um projeto de sociedade inclusiva e democrática (VÓVIO; KLEIMAN, 2013). Assim, a alfabetização é inserida como etapa fundamental para dar início e continuidade à escolarização, processo que visa prover o acesso a bens culturais desenvolvidos ao longo da história e a modelos culturais de ação, instituídos em saberes, valores e práticas socialmente prestigiados. Nessa perspectiva:

O letramento distingue-se de alfabetização, incluindo-a. Para além do mero domínio do sistema de escrita alfabético e do desenvolvimento de capacidades para lidar com a língua escrita do cotidiano, ambos passaram a contemplar, pelo menos em referenciais curriculares, em livros didáticos e na produção dirigida a profissionais da EJA, uma perspectiva social da linguagem, na qual os variados usos da escrita e a participação em diversas práticas letradas devem ser considerados (VÓVIO; KLEIMAN, 2013, p. 179).

De acordo com Galvão (2011), a realidade educacional brasileira demonstra que a efetivação do direito à educação de qualidade para jovens e adultos juntamente com a democratização das culturas do escrito ainda é uma problemática grave. Por um lado, o sistema escolar dispõe de meios para promover a aprendizagens e atender às demandas sociais em relação à formação dos indivíduos, do outro lado, a escola está inserida em uma visão hierárquica com valores fundados na diferença, seja nos níveis e progressão que organizam o sistema (ensino fundamental, médio, superior), ou nas oportunidades de formação oferecidas (educação regular, “suplência”, ensino profissionalizante, EJA). Tal verificação implica que as práticas empreendidas no contexto escolar estão sobrepostas nos processos de distribuição de oportunidades no nível social, interferindo nos percursos e possibilidades dos estudantes que representam grupos variados (LAHIRE, 2002).

Na atualidade os programas voltados para essa modalidade é a EJA e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O EJA é uma modalidade de ensino para pessoas que não completaram, abandonaram ou não tiveram acesso à educação formal na idade considerada apropriada, sendo dividida em:

Etapa 1 - Ensino Fundamental: em menos de dois anos, é possível concluir o Ensino Fundamental, que vai do 1º ao 9º ano. Os alunos, durante esse período, são inseridos no processo de ensino-aprendizado e são estimulados a novas maneiras de aprender e pensar. Etapa 2 - Ensino Médio: com duração média de 18 meses, a fase do Ensino Médio na EJA completa a educação básica. Dessa forma, os alunos são preparados para prestar vestibular e o Enem (BLOG, 2020, p. 01).

A primeira etapa é destinada a jovens a partir dos 15 anos e a segunda, para maiores de 18 anos. A EJA pode ser cursada da forma presencial ou à distância. No modo presencial ocorre conforme o modelo tradicional das escolas, em que os alunos precisam frequentar as aulas todos os dias, tendo quatro horas de duração. Já o ensino à distância pode ocorrer de duas formas: online ou por correspondência. Nas aulas online o estudante tem acesso a uma plataforma contendo todo o material a ser estudado, juntamente com as atividades propostas, na de

correspondência esse material é enviado para o aluno no endereço colocado por ele na matrícula.

Independentemente do modelo escolhido, o aluno da EJA precisa ser aprovado na prova final para que consiga obter seu certificado de conclusão. Essa avaliação é feita de forma presencial, conforme exigência do Ministério da Educação. Já em relação às outras avaliações e atividades, fica a critério da instituição de ensino o formato escolhido para aplicação. No PROEJA, o ensino ocorre concomitante à Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos, que possui como objetivo oferecer oportunidade da conclusão da educação básica, em conjunto com a formação profissional para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular.

O PROEJA é destinado a jovens e adultos que já tenham concluído os anos finais do ensino fundamental que possuam idade igual ou superior a 18 anos completos, não possui limite para a idade. Os cursos são ofertados na forma presencial, tendo uma duração de 6 semestres. Ao final do curso o aluno recebe o diploma de técnico na habilitação escolhida.

2.4 O PERFIL DO PROFESSOR ATUANTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Como a EJA é uma modalidade na qual se encontra muitas histórias de vida, torna-se um desafio para o professor, que se depara com alunos que possuem uma bagagem de conhecimento. Dessa forma, a sala de aula da EJA é vista como um lugar em que será vivenciadas experiências importantes, tanto para o docente, quanto para os discentes que ali presentes.

Como a educação de jovens e adultos enfrenta muitos desafios mesmo atualmente, os aspectos vivenciados refletem no contexto do docente. Com isso Freitas (2007, p. 57) afirma que “[...] aqueles que trabalham com a EJA, como educadores, vivem um grande paradoxo quando do exercício de suas atividades.”. O autor relata os aspectos psicossociais nos quais o docente da EJA pode se deparar, sempre reforçando que o docente precisa entender a realidade do discente, entendendo que até mesmo as instalações utilizadas para as aulas vão influenciar, não somente a aprendizagem, sobretudo a permanência em sala de aula.

Não obstante, o educador da EJA é desvalorizado, não por conta de sua atuação, mas pelo sistema que inferioriza aqueles que optam ou mesmo dependem dessa modalidade de ensino. Acerca desse aspecto, Freitas (2007) argumenta que:

[...] ele se “sabe” e se sente lidando com os chamados excluídos, desfavorecidos, expurgados do processo de aprendizagem nos tempos supostamente “normais” e teme, muitas vezes, que este caráter de exclusão e desvalorização também seja atribuído a ele. Isto em vários momentos pode trazer repercussões psicossociais importantes, que revelam alguns dos conflitos vividos por este educador entre aceitar versus recusar o próprio processo e alvo de seu trabalho. (FREITAS, 2007, p. 57).

Diante de tais argumentações, compreende-se os dilemas vivenciados pelos docentes da EJA. Ademais, o fato de conviver com discentes que possuem experiência de vida, que vão para as aulas cansados de pela rotina de trabalho; como também, o local de estudo da EJA que muitas vezes possui uma infraestrutura precária, juntamente com uma falta de recursos ou a falta de docentes capacitados para essa modalidade, assim como a desvalorização sofrida pelo docente, que acaba sendo considerado inferior em uma hierarquia na comunidade escolar.

Com isso é possível verificar as dificuldades como advindas desde a formação dos docentes. Assim, por meio de pesquisas, trabalhos acadêmicos e diversas publicações, nota-se que há uma carência na formação de profissionais para atuar na EJA.

Em pesquisas é possível observar que os cursos de formação de docentes raramente abordam a EJA, isso porque não é considerado recorrente ter uma formação específica pensada na modalidade. A também a falta de formação continuada e de especializações baseadas em melhores metodologias e maior adequação para os docentes que já atuam nessa modalidade.

Existe uma falta de estudos que relacionam a EJA com o desenvolvimento de jovens e adultos, estudos esses que poderiam contribuir com melhores direcionamentos e maior adequação dos discentes em sala de aula. Nesse sentido, é importante frisar a necessidade de metodologias mais abrangentes; sendo assim, mesmo com os avanços na educação, as características necessárias ainda não são vistas como prioridades na formação de docentes capacitados.

Por sua vez, Machado (2008) afirma que a formação docente foi historicamente influenciada pelas “escolas normais”, sendo assim ela é baseada em uma formação docente que não se volta especificamente para o ensino a jovens e adultos. É possível observar uma mudança nesse cenário a partir da década de 1980, quando as Faculdades começaram a trazer uma discussão maior relacionadas a atuação do pedagogo: “A partir dessa compreensão, alguns cursos de pedagogia, pelo País, passam a ter ênfases específicas em sua habilitação. Dessa experiência resultam os cursos de pedagogia, com ênfase ou habilitação em EJA”. (MACHADO, 2008, p. 04)

Mesmo com a ampliação das discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de formação docente e de sua inserção nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Machado (2014) traz que isso não tem modificado totalmente o cenário de ausência da modalidade na formação de professores:

O que vai ocorrer com as novas diretrizes curriculares do curso de pedagogia, aprovadas em 2006, é um reforço na perspectiva do pedagogo como o profissional para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Essa realidade não muda radicalmente a quase total ausência de formação específica para atuar com jovens e adultos, que ainda é a marca dos cursos de licenciatura no País. Os cursos de disciplinas específicas [...] não propiciaram a oportunidade de aprender, nas disciplinas pedagógicas e no estágio, sobre os desafios de atuar com os alunos jovens e adultos que retornam ao processo de escolarização, anos após estarem afastados da escola; menos, ainda, sobre como enfrentar esses desafios. (MACHADO, 2008, p. 5)

Assim, observa-se que mesmo na atualidade, muitas universidades ainda não incluem a EJA na docência, o que acarreta numa falta de formação específica, como também, de uma formação continuada que possa contribuir com novas pesquisas, metodologias e didáticas para os docentes já atuantes na modalidade (CRUZ, 2018).

Levando essas questões em consideração é importante destacar que uma formação de docentes atuantes na EJA não pode se basear somente no ensino regular – por mais que o intuito seja comum, voltado para que propicie reflexões necessárias à realidade e o desenvolvimento de uma consciência reflexiva no discente –, o ensino da EJA possui dilemas específicos, precisando então do desenvolvimento de metodologias que considerem as dificuldades individuais do discente e seus conhecimentos já adquiridos, como também, que leve à discussão de todo o contexto de sua realidade e incentive sua permanência em sala de aula.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa de caráter qualitativa do tipo bibliográfica em que para sua realização recorreremos a artigos publicados nos repositórios institucionais, bem como e principalmente no Google Acadêmico, tendo como recorte, a produção científica entre os anos 2000 e 2022. Como palavras-chave foram utilizados os termos “letramento”, “alfabetização” e “EJA”. Além disso, buscou-se por “alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos”, dos quais foram selecionados 15 artigos, que se aproximaram de nosso objeto de estudo.

Dentre os estudos, cita-se o artigo *Programas de educação de jovens e adultos e pesquisa acadêmica: a contribuição dos estudos do letramento*, datado de 2001 e escrito por Ângela B. Kleiman. O artigo traz como objetivo apresentar os elementos que evocam a construção de uma conexão entre a pesquisa acadêmica e os programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos.

Na pesquisa *A construção/fabricação de práticas de alfabetização em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)* divulgada em 2008, sob a autoria de Eliana Borges Correia de Albuquerque e Andréa Tereza Brito Ferreira, a temática se volta para a análise do trabalho com a alfabetização de jovens e adultos, ressaltando que esse processo é diferente de quando se trata de crianças, pois envolve questões características decorrentes das experiências sociais de cada faixa etária.

Em *A importância do letramento na Educação de Jovens e Adultos*, de 2008, Suely Santana Chaves evidencia o letramento enquanto fenômeno social, salientando suas características sócio-históricas, referentes à aquisição do sistema de escrita pelos grupos sociais.

Por sua vez, o estudo *Práticas de Letramento na Educação de Jovens e Adultos* de Nilcéa Lemos Pelandré e Paula Alves de Aguiar, divulgado em 2009, teve como finalidade discutir as práticas de letramento em eventos com jornais e revistas, voltadas para uma turma da EJA da cidade de Florianópolis-SC, com a perspectiva teórica instituída a partir dos Novos Estudos do Letramento.

Foi selecionado também o artigo *O Letramento presente na construção de tabelas por alunos da Educação de Jovens e Adultos*, de 2011, escrito por Keli Cristina Conti e Dione Lucchesi de Carvalho. Esse estudo se volta para a importância do letramento na educação matemática, com a associação do processo ao ensino de estatística nas turmas da EJA.

O texto *Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos*, de 2011 e escrito por Priscila Marengo Segrillo e Albina Pereira de Pinho Silva, descreve como as práticas de leitura e escrita podem ser materializadas no processo de alfabetização com perspectiva para o letramento de estudantes da EJA.

Acerca das Políticas Públicas voltadas para a EJA, o artigo *Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos: projetos de letramento, participação e mudança social*, de 2012 e publicado pelas autoras Ivoneide Bezerra de Araújo Santos e Maria do Socorro Oliveira, ressalta a importância dos projetos enquanto alternativas pedagógicas que podem auxiliar as políticas públicas voltadas para o letramento.

Também sobre políticas públicas voltadas para a EJA, cita-se o artigo *Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil*, de 2015, escrito por Sérgio Haddad e Filomena Siqueira, o qual discorre sobre seu lento avanço, considerado frágil. Além disso, a pesquisa reforça que o analfabetismo não envolve apenas o contexto escolar, mas é resultado das diferenças socioeconômicas fortemente presentes no país.

Em *Escola e Linguagem: notas e intercorrência da alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos*”, publicado em 2014 por Adenilson Souza Cunha Júnior e Francisca Izabel Pereira Maciel, o lugar da alfabetização e do letramento nas práticas pedagógicas de professores da EJA é discutido. Do mesmo modo, o artigo traz os desdobramentos da modalidade de ensino no cotidiano dos sujeitos por ela atendidos.

Também do ano de 2014, o artigo *Leitura na Educação de Jovens e Adultos e a formação de leitores*, sob a autoria de Marinaide Queiroz Freitas e Valéria Campos Cavalcante, buscou construir uma investigação sobre o processo de leitura no contexto da sala de aula, nas turmas que passaram pelo processo de alfabetização na EJA, tendo como categoria de análise a leitura, o uso dos gêneros textuais e a prática de letramento.

No artigo *Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização*, datado de 2016 e escrito por Damares Araújo Teles e Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares, o estudo se voltou para os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública, abordando os desafios, bem como as possibilidades na alfabetização de jovens e adultos.

O artigo *Letramento, alfabetização e vulnerabilidade social*, de 2017 cuja autora é Denise Comerlato aborda os indicadores da educação brasileira, ressaltando que as disparidades na escolaridade, principalmente entre jovens e adultos se vincula à forma como a renda se encontra distribuída entre os grupos sociais, sobretudo na faixa determinada pela classe social, local de moradia, idade e origem, seja ela étnica ou racial.

Sobre a formação docente para o trabalho na EJA, tem-se a pesquisa *Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos: desafios da formação docente*, datada de 2019 e escrita por Anne Caroline Mohr Brígida Lorena Mesquita Soares. O artigo traz como objetivo investigar os desafios enfrentados pelo professor alfabetizador ao se tratar da EJA, bem como suas implicações no seu preparo para a prática pedagógica nessa modalidade.

Alfabetizar letrando: práticas alfabetizadoras na perspectiva do letramento na Educação de Jovens e Adultos, de 2020, sob a autoria de Brenna Conceição Medeiros. Em seu trabalho, a autora parte de questionamentos sobre a alfabetização na EJA, buscando fazer o

levantamento de aspectos sobre o quanto uma aprendizagem significativa, motivadora e contextualizada, quando ocorre de forma bem relacionada aos conteúdos, possibilita uma aula descrita como dinâmica, contando com uma maior participação dos alunos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação em capacitar os sujeitos para que possam interagir em uma perspectiva sociocultural, se justifica a partir da concepção de que a sociedade contemporânea se encontra fundamentada no grafocentrismo, ou seja, o processo de escrita passou a ocupar um lócus privilegiado e aqueles que, de alguma forma, não se adaptam à essa forma, são marginalizados. Mediante isso, analisa-se que estar alfabetizado faz com que o indivíduo se insira em um dos pilares culturais definidos pela leitura e escrita. Assim, compreende-se que na contemporaneidade, mais do que decodificar a língua, é preciso privilegiar os aspectos sociais da alfabetização e que decorrem do letramento.

Nesse sentido, concorda-se com Medeiro (2020) quando reforça que a alfabetização se reveste de significados, tanto políticos, quanto ideológicos e por isso não se distingue do letramento. Desse modo, a autora reforça que o processo educativo deve se voltar para as práticas de leitura e escrita mediante o contexto social dos indivíduos. Não obstante, quando se trata da EJA, cujos autores são sujeitos considerados ricos de experiências sociais e culturais, é preciso que a prática se volte para a formação de pessoas que por meio de suas histórias de vida, assim como as memórias e representações, são tidas como ímpares e que por isso, precisam de um olhar diferenciado.

Para Medeiros (2020) a alfabetização não pode ser restringida a um estado ou mesmo condição pessoal, pois é uma prática social. Na mesma instância, alfabetizar o jovem e adulto sob a perspectiva do letramento é deferir a existência de um conjunto de práticas sociais que se associam à leitura e escrita, sendo exercitadas, prioritariamente, nos mais variados contextos sociais.

Cunha Júnior e Maciel (2014) reforçam que o processo de alfabetização de jovens e adultos sob a perspectiva do letramento deve ser considerado como uma condição essencial para os saberes dessas pessoas possam ser equacionados e inseridos na cultura letrada. Ressalta-se que o público da EJA possui algumas expectativas às quais se ligam a necessidade de se sentir inserido nas práticas sociais de leitura e escrita, como forma de integração social, uma

vez que o não envolvimento resulta no aumento da pobreza, bem como na exclusão social. Mediante tal perspectiva, compreende-se que quanto mais alto é o índice de analfabetismo, menor é o nível de letramento e mais alta a chance de as diferenças socioeconômicas se tornarem ainda mais evidenciadas.

Ao reforçar a importância do letramento de jovens e adultos, Cunha Júnior e Maciel (2014) discorrem que:

Dessa forma, os sujeitos da EJA que passam pelo processo de alfabetização na perspectiva do letramento são capazes de realizar desde tarefas simples, como verificar o preço de um produto no supermercado, até realizar atividades mais complexas, como produzir e interpretar textos com nível de dificuldade elevado. Além disso, o adulto letrado possui postura ativa dentro do seu contexto social, com possibilidades para reivindicar seus direitos e garantias enquanto cidadão. (CUNHA JÚNIOR; MACIEL, 2014, p.66).

Tornar o indivíduo funcional, ou seja, capaz de realizar tarefas que dependem da leitura e escrita, é posto como um dos objetivos da EJA. Assim, diante dos desafios impostos, se encontram os modelos educativos que ainda não se adequaram a essa perspectiva, ou seja, se limitam a abordar a decodificação da língua. De acordo com Albuquerque e Ferreira (2008), a alfabetização, ou o ensino de leitura escrita, não tem sido efetivado de uma mesma forma ao longo do tempo, mas mesmo com outras roupagens, a finalidade continua a mesma: amenizar os problemas causados pelo analfabetismo, não em um contexto qualitativo, mas sob a perspectiva quantitativa. Para Albuquerque e Ferreira (2008), as transformações de natureza didática e pedagógica na EJA decorrem de diversas mudanças, principalmente no contexto científico, socioeconômico, além da própria organização escolar e isso influenciou significativamente a educação de jovens e adultos.

No caso específico da alfabetização de pessoas jovens e adultas, utilizava-se desde o ensino da escrita do nome das pessoas, como foco mais importante, até o trabalho baseado em diferentes métodos – sintéticos e analíticos. A codificação e decodificação, desse modo, era o que prevalecia na aprendizagem da leitura. Apenas quando se dominava o código era que se tinha contato com textos, geralmente cartilhados e infantis. (ALBUQUERQUE; FERREIRA, 2008, p.427).

Mediante a perspectiva do letramento, é preciso que se considere que jovens e adultos apresentam determinados conhecimentos sobre a leitura e a escrita que precisam ser ampliados, pois foram instituídos a partir das mais diversas práticas sociais que envolvem esses fenômenos. O que se observa é a insistência dos sistemas de ensino em desconsiderar as vivências dos aprendizes jovens e adultos, embora devam ser levadas como base para a aprendizagem, como bem reforçou Paulo Freire em sua pedagogia. Nesse sentido, concorda-se com Albuquerque e

Ferreira (2008, p. 429) ao afirmarem que “[...] as atividades de reflexão sobre o sistema devem ser diversificadas, atendendo aos diferentes níveis de conhecimentos dos alunos e devem contemplar a exploração de palavras significativas [...].”

Ao citarem uma pesquisa realizada com jovens de 15 a 18 anos, matriculados na EJA, Freitas e Cavalcante (2014) denotam a importância de se considerar as vivências dos alunos nas aulas de leitura e escrita, bem como no processo de alfabetização. Segundo as autoras, o público-alvo da EJA é formado por sujeitos que possuem saberes construídos ao longo da vida cotidiana, materializados pelos conhecimentos que foram adquiridos a partir das interações com os grupos sociais, tais como a família, comunidade, mercado de trabalho e até mesmo nas saídas e entradas das escolas. São descritos a partir da perspectiva freireana de que a leitura de mundo precede a leitura a palavra. Além disso, são pessoas que retomaram seus estudos porque reconheceram que o aprendizado anterior não tenha sido suficiente para garantir a autonomia e independência.

Sobre os eventos de letramento, evoca-se o discurso de Pelandré e Aguiar (2009) que ressaltam o fato de que, tanto no tempo, quanto no espaço do processo de escolarização, é difundido o discurso de que as pessoas podem adquirir capacidade para a realização de tarefas escolares que se inserem no letramento, mas isso não significa eficiência no uso cotidiano da leitura e escrita fora da escola. Não obstante, convém ressaltar que o letramento ou letramentos, derivam de práticas sociais, assim como do uso de diferentes linguagens, considerando os diversos níveis de habilidades e saberes acerca dos usos da leitura e escrita. Para tanto, exige-se que sejam trabalhadas formas de aprendizagens que possam ser relacionadas a todos os campos das atividades humanas e não se restrinjam à escola. “Outras agências sociais como a família, a igreja, a rua e o local de trabalho também são responsáveis pelo desenvolvimento dos letramentos, porém de maneira diferenciada da escola, cujo objetivo é o ensino sistematizado do conhecimento científico produzido pelo homem.” (PELANDRÉ; AGUIAR, 2009, p. 58).

De acordo com as pesquisas realizadas, os aportes ideológicos marcam o processo de alfabetização de jovens e adultos, assim como os aspectos histórico-culturais nos quais se inserem. Desse modo, não há como negar que a sociedade é grafocêntrica, o que amplia mais os significados próprios, atribuídos à aprendizagem da leitura e escrita, não apenas de forma individual, mas nas instituições escolares como um todo (PELANDRÉ; AGUIAR, 2009). Nessa mesma perspectiva, Comerlato (2017) reforça:

Mesmo que consideremos que todos os sujeitos de uma determinada sociedade têm certo nível de letramento, é importante observar que dificilmente uma pessoa alcança níveis mais avançados de letramento sem a alfabetização. Assim, a alfabetização é uma pré-condição para um sujeito alcançar um novo patamar de letramento, e assim, se inserir mais plenamente nas práticas e usos sociais da escrita sobre as quais a sociedade funciona. (COMERLATO, 2017, p. 106).

Segundo Chaves (2008), na EJA é preciso que as práticas se voltem para dois tipos de letramento: o funcional e o crítico. Compreende-se que o letramento funcional seja caracterizado por objetivar a inserção efetiva no contexto letrado. Isso significa que as redes de apoio nas quais os indivíduos adentram de forma colaborativa, indo além do processo de decodificação da escrita, deixando de ser competência individual para agregar a prática social. Chaves (2008) reforça que o esse processo é significativo e precisa ser inserido no contexto da sala de aula, de modo que seja possível o reconhecimento dos mais diversos contextos de letramento dos aprendizes, observando, principalmente, se possuem a consciência sobre o papel que assume em suas vidas.

Já o letramento crítico é apresentado como produto da influência que o contexto adquire na vida do indivíduo. Assim, ensina-se aos aprendizes que o status natural das instituições não deve ser aceito e que os discursos dominantes podem e devem ser questionados. Nesse sentido, compreende-se que a abordagem crítica pode ser caracterizada a partir do compromisso com a reformulação de toda a estrutura educacional em letramento, de modo que seja possível o atendimento aos interesses dos grupos marginalizados da escola, aos quais o acesso foi negado devido à supervalorização dos bens culturais dominantes (CHAVES, 2008).

O letramento não está restrito ao sistema escolar, mas é de competência da escola, fundamentalmente, levar os indivíduos a um processo mais profundo e autônomo nas práticas sociais que envolvam a leitura e a escrita. Saber ler e escrever um montante de palavras não é o bastante para capacitar o indivíduo para a leitura diversificada. Neste ponto entende-se que surge a necessidade de se desenvolver graus de letramento nos indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem para que estes possam integrar-se de forma crítica à sociedade. (CHAVES, 2008, p. 11).

Em relação à prática educativa voltada para o letramento na EJA, evidencia-se a necessidade de distanciamento do modelo tradicional de ensino, uma vez que assim como nas demais modalidades, o aluno precisa se ver como protagonista e não apenas reprodutor de um conjunto de conhecimentos. Compreende-se que o ensino tradicional tenha como característica principal a limitação do desenvolvimento do educando e de forma clara, sua relação com o meio social termina prejudicada, uma vez que o exercício da cidadania não é contemplado. Ao se considerar os desafios impostos por um contexto essencialmente excludente, é preciso ressaltar que no Brasil, as desigualdades socioculturais e econômicas nunca foram superadas e isso se

reflete significativamente no histórico educacional, sobretudo no que se refere aos jovens e adultos (TELES; SOARES, 2016).

Considerando que no país ainda persiste o analfabetismo, principalmente o funcional, é preciso destacar que o grupo de analfabetos, infelizmente, é composto por jovens e adultos que nunca foram à escola ou que interromperam seus estudos para ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, persiste o fato de que o sistema escolar não consegue ser amplamente inclusivo, pois deixa de considerar que os sujeitos da EJA não precisam de olhares benevolentes, mas de práticas que levem em conta sua história e trajetória. Muitos retomam seus estudos para auxiliarem os filhos e/ou netos no processo de escolarização e acabam descobrindo que fazem parte de uma cultura letrada, o que amplia seus horizontes para além dessa motivação. “Essas pessoas começam novamente a procurar a escola ao perceberem que a sociedade está em constante transformação, exigindo um profissional qualificado, não só para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade a fim de exercer a cidadania plenamente, ou lutar por esse direito.” (TELES; SOARES, 2016, p. 83).

Acerca do papel do professor no letramento, Teles e Soares (2016), reforçam que o docente da EJA precisa adotar metodologias que não apenas facilitem, mas estimulem o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a motivação deve ser constante, pois se trata de sujeitos que não concluíram seu processo de escolarização na idade apropriada e que apresentam distorções na aprendizagem, caso não seja feita uma adaptação dos métodos de ensino utilizados. Ademais, é preciso se considerar que no ambiente escolar devem ser exercitadas e constituídas as habilidades de leitura e escrita de modo que seja possibilitada ao aluno a capacidade de enfrentar as exigências da contemporaneidade. “Elas proporcionam o acesso às diversas informações, seja no que diz respeito aos nossos direitos e deveres, às notícias de jornais, revistas, à literatura de um livro, entre outras. E isso possibilita que todos participem de uma sociedade democrática.” (TELES; SOARES, 2016, p. 84).

Sobre as políticas públicas voltadas para o letramento de jovens e adultos, tem-se a ideia de que os projetos de letramento são incentivados, pois podem redimensionar o modelo tradicional de ensino e assim, possibilitar que tanto objetivos, quanto objetos de ensino passem por um processo de ressignificação. Nesse sentido, concorda-se com Santos e Oliveira (2012), ao reforçarem que o modo como a leitura e a escrita são direcionadas nas instituições de educação de jovens e adultos, não trazem contribuições significativas para que a autonomia seja efetivada, bem como o desenvolvimento de atividades que aliem teoria e prática. Assim, as

políticas públicas que fomentam os projetos de letramento, tornam viáveis as práticas letradas, pois seu foco se volta para as atividades nas quais a linguagem é o ponto de partida, aprofundando o diálogo entre a escola, os indivíduos e as demais instituições sociais (SANTOS; OLIVEIRA, 2012). Do mesmo modo:

A concepção de leitura e escrita que norteia os projetos de letramento tem suas bases assentadas na prática social. Como práticas discursivas que assumem uma multiplicidade de funções e que estão inseridas num dado contexto, essas práticas se distanciam de uma concepção tradicional de ensino na qual se valorizam as competências e habilidades individuais. (SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 45).

Para que as questões sobre letramento na EJA sejam respondidas de uma forma mais efetiva, observa-se que as políticas públicas são ineficientes se não há disposição da escola em formar seus docentes para atuar nessa modalidade de ensino. Destarte, isso significa abrir seu contexto para a compreensão de que jovens e adultos não são preguiçosos por não terem concluído seu processo de escolarização, mas são sujeitos com anseios e expectativas bem definidas que precisam ser contempladas pois esse ainda é o papel dos sistemas de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre alfabetização na educação de jovens e adultos, pairam muitas questões cujas respostas se voltam para um único aspecto: é preciso que a alfabetização se volte para o letramento, não porque essa é uma palavra da moda, mas porque os sujeitos precisam compreender que fazem parte de uma cultura letrada, na qual são demandados os contextos sociais da prática de leitura e escrita.

Com a realização do estudo proposto, observou-se que os conceitos de alfabetização e letramento se encontram interrelacionados, não podendo ser dissociados, mas um sendo decorrente do outro. Assim, a partir dos conceitos apresentados pelos autores pesquisados, foi possível compreender que a alfabetização é a decodificação da escrita, enquanto o letramento é torná-la funcional.

Mediante os estudos realizados, é preciso compreender que pensar as instituições de ensino da EJA como promotoras da alfabetização e do letramento, significa mudar também a perspectiva sobre o ato de ensinar e aprender. Desse modo, somente quando a escola assume que seu aprendiz tem uma história para contar e uma voz a ser ouvida, é que o processo de ensino e aprendizagem realmente se materializa, legitimando o letramento. Não basta que o

jovem e adulto aprenda a ler, mas é essencial que essa leitura seja questionadora e reflexiva, para que sua emancipação e autonomia se tornem fenômenos reais.

Na construção da pesquisa, observou-se também que a forma como os conhecimentos é distribuída na sociedade evidencia a vulnerabilidade daqueles que não sabem ler e escrever. Isso significa um processo de marginalização devido ao grafocentrismo em associação com o discurso de sujeição imposto àqueles que não participam ou o fazem de forma parcial, das práticas de leitura e escrita. Assim, ressalta-se a necessidade de se pensar em práticas de letramento que evidenciem a função da escola de ser equalizadora do ensino, colocando jovens e adultos no mesmo patamar de igualdade, não apenas em relação ao acesso, mas sobretudo, na apropriação de saberes necessários para a inserção em um contexto social que seja de fato democrático.

Por fim, compreende-se que o letramento de jovens e adultos deve ser o princípio da ação docente na EJA, por mais que os discursos imponham que esse processo seja difícil. Somente assim, continuar o processo de escolarização não será tão doloroso para esse público, pois esse sentirá que realmente pertence à sociedade e nela age com dinamismo e criticidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T.B. A construção/fabricação de práticas de alfabetização em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação**, 33(3), 425. set/dez, 2008. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/82>> Acessado em 25 de março de 2022.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: Editora Senado, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394/96. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acessado no dia 10/10/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: SEED/MEC, 2017.

CHAVES, S.S. A importância do letramento na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Filosofia Capital**. V.03, ed.07. 2008. Disponível em < <http://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/74/0>> Acessado em 25 de março de 2022.

CONTI, K. C; CARVALHO, D. L. O Letramento Presente na Construção de Tabelas por Alunos da Educação de Jovens e Adultos. **Boletim de Educação Matemática [Internet]**. 2011;24(40):637-658. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291222113002>. Acessado em 20 de março de 2022.

CORMELATO, D. Letramento, alfabetização e vulnerabilidade social. In: CRAIDY, C.M; SZUCHMAN, K. **Socio educação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CRUZ, A. C. S. EJA: A Formação Docente e seus Desafios na Preparação do Aluno para o Mundo Moderno. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 03, Vol. 01, pp 5-17, Março 2018. ISSN: 2448-0959.

CUNHA JÚNIOR, A; MACIEL, F.I. Escola e linguagem: notas e intercorrências da alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos. **Revista Interfaces da Educação**, v. 5, nº 13, 2014. Disponível em <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/490>> Acessado em 20 de março de 2022.

DRUMOND, K. **Alfabetização e letramento: conceitos, relações e práticas**. 2021. Disponível em: <https://www.sistemamaxi.com.br/alfabetizacao-e-letramento/>. Acessado no dia 29/08/2021

FONSECA, P. R. da. **A formação da educação de jovens e adultos no Brasil**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-formacao-educacao-jovens-adultos-no-brasil.htm>. Acessado no dia 10/10/2021.

FREITAS, M. F. Quintal de Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. **Educar em Revista [online]**. 2007, n. 29 p. 47-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000100005>> Acessado em 20/02/2022.

FREITAS, M. Q.; CAVALCANTE, V. C. Leitura na Educação de Jovens e Adultos e a formação de leitores. **Revista Perspectiva**, v.32, nº 01, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/2164>> Acessado em 20 de março de 2022.

FRIEDRICH, M. et al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2010, v. 18, n. 67 [Acessado 10 Outubro 2021] , pp. 389-410. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200011>>.

GALVÃO, A.M.O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G.T. (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HADDAD, S; SIQUEIRA, F. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v.01, nº 2, jul-dez, 2015. Disponível em <

<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81/64>> Acessado em 15 de março de 2022.

HAMZE, A. **Alfabetização ou Letramento?** Revista Eletrônica. Não paginada.2020. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/alfabetizacao.htm>. Acessado no dia: 10/01/2022.

JESUS, L. H. S. M. **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** uma reflexão sobre política, possibilidades e realidade. 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/468/1/MONOGRAFIA.LAYANNE.FINAL.pdf>. Acessado no dia 10/10/2021.

KLEIMAN, A. Programas de Educação de Jovens e Adultos e pesquisa acadêmica: a contribuição dos estudos do letramento. **Revista Educação e Pesquisa**, 27. julho de 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ep/a/PVFgJks6BmRy7nVvfQpY9wN/abstract/?lang=pt>> Acessado em 25 de março de 2022.

LAHIRE, B. **Homem plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MACHADO, M. M. **Formação de professores para EJA:** Uma perspectiva de mudança. 2008. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista_retratosdaescola_02_03_2008_formacao_de_professores.pdf. Acessado no dia 10/10/2021.

MEDEIROS, B.C. **Alfabetizar letrando:** práticas alfabetizadoras na perspectiva do letramento na Educação de Jovens e Adultos. CONEDU, VII Congresso Nacional de Educação, outubro de 2020. Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA12_ID1307_10092020002352.pdf> Acessado em 15 de março de 2022.

MOHR, A.C; SOARES, B.L.M. Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos: desafios da formação docente. **Caderno de resumos**, v.5, nº 01, 2019. Disponível em <<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/4702>> Acessado em 15 de março de 2022.

MORAIS, G.A.S; BRITO, A.E. Prática pedagógica alfabetizadora: questões de letramento. São Paulo: Regius, 2010.

PELANDRÉ, N.L. Práticas de Letramento na Educação de Jovens e Adultos. **Fórum Linguístico de Florianópolis**, v.06, n.2, jul-dez, 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/12393/12514>> Acessado em 20 de março de 2022.

PINI, F. R. Educação Popular Em Direitos Humanos No Processo De Alfabetização De Jovens, Adultos E Idosos: Uma Experiência Do Projeto Mova-Brasil. **Educação em Revista [online]**. 2019, v. 35 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698X214479>>. Acessado em 12/01/2022.

SANTOS, I.B.A.; OLIVEIRA, M.S. **Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos: projetos de letramento, participação e mudança social.** Revista EJA em debate, v.01, nº 01, 2012. Disponível em < <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/975>> Acessado em 15 de março de 2022.

SEGRILLO, P., SILVA, A. Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos. **Eventos Pedagógicos, Sinop**, v. 2, p. 201-209, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2PoTq6Z>. Acessado em 15 de março de 2022.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 10 out. 2021.

TELES, D.A.; SOARES, M.P.S.B. Educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades na alfabetização. **Revista Educação e Emancipação**, v09, nº01, jan-jun, 2016. Disponível em < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/4980>> Acessado em 15 de março de 2022.

VÓVIO, C.L.; KLEIMAN, A. B. Letramento e alfabetização de pessoas jovens e adultas: um balanço da produção científica. **Cadernos CEDES [online]**. 2013, v. 33, n. 90. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622013000200002>> Acessado em 20/02/2022.